



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA
Conselho Universitário
Secretaria dos Conselhos Superiores

ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		Nº	E-03/2019/CONSUN	
Fonte Normativa	Data	Sala	H. Início	H. Término
Reg. Interno do CONSUN de 05/03/2009 (Arts. 8º e 16)	05/08/2019	SN	11:00	13:10
Ordem do Dia	De acordo com a carta convocatória de 31/07/2019			
identificação de presenças/exposição dos temas de pauta/ deliberações				

1 Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, às onze horas, no Salão Nobre,
2 1º andar do prédio nº 1 da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto
3 Alegre, Rio Grande do Sul, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Universitário, em
4 conjunto com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a presença da Reitora, Lucia
5 Campos Pellanda, presidindo esta sessão; da Vice-Reitora, Jenifer Saffi, da Pró-Reitora de
6 Planejamento, Alessandra Dahmer, e da Secretária dos Conselhos Superiores, Miriam Bortolaci,
7 compondo a mesa; dos membros natos do CONSUN e do CONSEPE, titulares ou suplentes, Márcia
8 Giovenardi, Aline Lins Camargo, Tiago Pitrez Falcão, Fernando Ricardo Gavron, Helena Schirmer,
9 Juliana Trevisan da Rocha, Ana Amélia Antunes Lima, Carine Raquel Blatt, Marcelo Menna
10 Barreto Schwancke, Fabiana de Oliveira, Luana Duarte Teles, Ricardo Yudi Akiyosh, Raphael
11 Maciel da Silva Caballero, Adriana Seixas, Adriana Aparecida Paz, Daniela Cardoso Tietzmann,
12 Fabiana Viegas Raimundo, Mayte Raya Amazarray, Simone Schneider Amaral, Cheila Minéia
13 Daniel de Paula, Tiago Franco de Oliveira, Elizandra Braganhol, Pedro Roosevelt Torres Romão,
14 Alísia Helena Weis Pelegrini, Simone Travi Canabarro, Silvio César Cazella, Cristiane Valle Tovo e
15 Marilda da Cruz Fernandes; dos representantes das categorias docentes, técnicos-
16 administrativos e discentes no CONSUN, titulares ou suplentes, Alberto Antônio Rasia Filho,
17 Luciano Costa Blomberg, Mirko Salómon Alva Sanchez, Ricardo Mörschbacher, Paulo Ricardo
18 Gazzola Zen, Ana Boff de Godoy, Ana Paula Scheffer Schell da Silva, Eliane Dallegrave, Caren
19 Luciane Bernardi, Letícia Pacheco Ribas, Liliane Diefenthaler Herter, Josenel Maria Barcelos
20 Marçal, Francisco Scornavacca, Lúcia Marques Stenzel, Maria Cláudia S. Cota de Souza, Andreia
21 Carolina Duarte Duprat, Aline Barp de Souza, Isabela Beraldi Esperandio, Priscila de Souza
22 Nogueira, Manon Rhode Schmitt, Charise Alexandra Fonseca de Mesquita, Michele Silveira da
23 Silva, Ana Maris Carlesso, Amanda da Silva, Luís Felipe dos Santos de Castro, Patrick Marcondes
24 Leão de Souza, Marina Helena Dias da Costa, Letícia Birk, Marina Camassola Vacchi e Mirian
25 Tatiane Hausmann; dos Chefes de Departamentos Acadêmicos ou seus substitutos, membros do
26 CONSEPE, e dos representantes das categorias técnicos-administrativos e discentes no CONSEPE,
27 titulares ou suplentes, Marilene Porawski Garrido, Ernani Luís Rhoden, Marília M. dos Santos
28 Severo, Ana Boff de Godoy, Eliane Goldberg Rabin, Adriana Kessler, Cristina Loureiro Chaves
29 Soldera, Carla Maria De Martini Vanin, Sandrine Comparsi Wagner, Clarice Krás Borges da
30 Silveira, Adriana Vial Roehe, Tânia Maria Rohde Maia, Luiza Maria de Oliveira Braga Silveira,
31 Daniele Botelho Vinholes, Maria Cláudia Moraes Leite, Patrick Carvalho Cabreira, Vítor Vinicius

32 Huber Freire, Rosane Machado Rollo, Carolina Rodrigues da Silveira e Lariana Almeida Szczesny.
33 Ausências justificadas de membros do CONSUN e do CONSEPE, titulares ou suplentes: Ana
34 Cláudia Souza Vazquez, Luciana Suarez Grzybowski, Sheila Bünecker Lecke, Graciele Fernanda da
35 Costa Linch e Marta Quintanilha Gomes. Ausências justificadas de membros do CONSUN,
36 titulares ou suplentes: Thaís Rodrigues Moreira, Magno Carvalho de Oliveira, Michel Pereira de
37 Oliveira e Evandro de Assunção dos Santos. A técnica Olivia Barros de Freitas, membro titular do
38 CONSEPE, comunicou sua falta. Não compareceram os seguintes membros titulares do CONSUN
39 e do CONSEPE, ou seus respectivos suplentes: Márcia Rosa da Costa, Adriana Maisonnave
40 Raffone, Margaret Weidenbach Gerbase, Aline de Souza Pagnussat, Catarina Gottschall, Sergio
41 Luís Amantéa e Alcyr Alves de Oliveira Jr. Não compareceram os seguintes membros titulares do
42 CONSUN ou seus respectivos suplentes: Liane Nanci Rotta (em licença adotante), Cristiane
43 Oliveira Rodrigues, Vinicius Lunkes Cezar, Zilena Casale Tomazeli, Diônio Roque Kotz e Eduardo
44 José Centeno de Castro. Não compareceram os seguintes membros titulares do CONSEPE ou seus
45 respectivos suplentes: Thatiane Alves pinoschi Alva, Pedro Zimmermann Neto, Pakiza Santos
46 da Silva, Gabriela Conter Rodrigues, Caique Fontes Augusto e Themis Reverbel da Silveira. Os
47 membros suplentes do CONSUN e do CONSEPE, que não estiveram no exercício de
48 representação, compareceram como convidados. Em pauta única, a senhora Presidente deu
49 início à Ordem do dia: **apresentação sobre o programa “Future-se”**. Inicialmente, informou que
50 a sessão seria expositiva e que foram convidadas entidades associativas. Ressaltou que as
51 manifestações estariam restritas aos conselheiros, na forma regimental, e que, ao final, os
52 demais membros da comunidade interna também poderiam se manifestar. A apresentação foi
53 dividida em três partes, iniciando com a situação atual da UFCSPA, depois com a apresentação e
54 análise do projeto “Future-se” e, a seguir, as possíveis ações decorrentes. Inicialmente, elencou
55 os tópicos já existentes em relação à gestão e controles, informando que a estrutura de
56 governança é composta por órgãos externos, os Conselhos Superiores, a Reitoria e as Pró-
57 Reitorias, Departamentos e Cursos. Em relação aos órgãos externos, a Universidade presta
58 contas para a Controladoria-Geral da União (CGU), para o Tribunal de Contas da União (TCU),
59 para o Ministério Público Federal (MPF), além dos órgãos máximos, os Ministérios que têm
60 relação com a Universidade, principalmente o MEC. Na Universidade, os órgãos de controle são
61 a Procuradoria Federal junto à UFCSPA, cujo Procurador Federal, Eduardo Oliveira, é integrante
62 do quadro da AGU, a Auditoria Interna, cujo Auditor-Chefe, Cláudio Correa, é integrante do
63 quadro da CGU, a Ouvidoria, ligada à CGU e ao Sistema de Ouvidorias, é coordenada pelo servidor
64 Vinicius Cezar, e a Comissão de Ética, ligada à Comissão de Ética Pública da Presidência da
65 República, é coordenada pela servidora Gisele Branchini. Esses órgãos externos e internos exigem
66 uma série de documentos e normativas que precisam ser atendidos no exercício da gestão.
67 Desses documentos, alguns dos mais importantes são o Plano de Desenvolvimento Institucional,
68 o Planejamento Estratégico, o Plano de Dados Abertos, o Plano Diretor de Tecnologia da
69 Informação e a Política de Controle de Riscos. Anualmente, é feito um relatório para envio ao
70 TCU, o qual antes é apresentado ao CONSUN, incluindo as ações de governança, resultados de
71 gestão, conformidade aos mecanismos de controle e demonstrações contábeis. Na apresentação
72 do relatório de 2018 ao CONSUN foram detalhados o planejamento estratégico, os indicadores,
73 a governança e a gestão de riscos. Em relação à conformidade e eficiência, foram apresentados
74 a gestão orçamentária e financeira, a gestão com pessoas, licitações e contratos, a gestão
75 patrimonial e infraestrutura, a gestão de TI e sustentabilidade. Por iniciativa da Gestão, foi feito
76 um mapa estratégico com onze eixos temáticos, relacionados aos objetivos estratégicos, em

77 conformidade com a missão institucional, aprovada pelo CONSUN no Plano de Desenvolvimento
78 Institucional. Por exigência do TCU foi feita uma cadeia de valores, com processos, agentes e
79 beneficiários. Com relação à gestão de riscos, após a elaboração da Política de Gestão de Riscos,
80 aprovada pelo CONSUN em 2017, a comissão responsável elaborou um plano operacional sobre
81 os controles decorrentes da Política para aplicação a partir de 2019. Além disso, a Gestão tem
82 feito monitoramento de contratos e serviços, regramento de uso do cartão corporativo,
83 ampliação do sistema de registro de preços, para otimizar os recursos e evitar o
84 desabastecimento, aumentando o número de itens registrados em ata; foi instituído
85 regulamento para a concessão de bolsas; existe controle patrimonial; com redução de
86 contratações diretas e ampliação das contratações por licitação; reorganização e
87 estabelecimento de calendário de compras; diminuição dos gastos com suprimento de fundos.
88 Enfim, foram implementados diversos mecanismos para controle de gestão ao longo dos últimos
89 dois anos. Por exigência da CGU, foi instituída uma Unidade de Gestão de Integridade, com o
90 estabelecimento de fluxo interno para verificação das situações de nepotismo, análise de
91 consultas sobre conflito de interesses e tratamento de denúncias; designação de área
92 responsável pela condução de processos disciplinares; levantamento dos principais riscos para a
93 integridade, estabelecimento de medidas de tratamento e aprovação do Plano de Integridade.
94 Várias metas já constam como cumpridas no Painel de Integridade da CGU. Com relação ao
95 orçamento de custeio e capital da Universidade, esclareceu que é baseado em lei orçamentária
96 anual, que estabelece no ano anterior os recursos para o ano seguinte; quais são as fontes
97 componentes dos recursos; a fórmula geral da matriz orçamentária; quais são os recursos
98 oriundos de fontes próprias (aluguéis, projetos institucionais, serviços, inscrições ou multas); e a
99 tabela dos recursos orçamentários de custeio e capital recebidos pela Instituição desde 2015,
100 com previsão decrescente para 2020. Destacou que o custo por aluno, segundo dados do TCU,
101 foi de R\$ 19mil em 2018, e apresentou dados comparativos. Com relação ao planejamento
102 orçamentário, informou que em 2018 foram priorizadas as despesas de custeio relativas a
103 energia, limpeza e segurança; bolsas acadêmicas para programas institucionais de melhoria de
104 graduação (PID), pesquisa (PIC) e extensão (PROEXT). Com relação às despesas de capital, foram
105 priorizadas aquelas relativas às obras para instalação de RU; equipamentos específicos e
106 indispensáveis para o desenvolvimento de cursos e equipamentos de informática. A seguir,
107 apresentou tabela com os bloqueios efetuados sobre a dotação de despesas para investimentos
108 e custeio no último mês de maio. Salientou que o contingenciamento de limites orçamentários,
109 durante todo o ano, fez com que a Instituição precisasse rever constantemente seu planejamento
110 orçamentário; que a proporção de disponibilização dos valores está aquém daquela necessária
111 para cada período; que nos primeiros meses do ano foram repassados 1/18 dos valores previstos
112 na Lei Orçamentária Anual, seguido de liberação parcelada dos limites ao longo do ano,
113 dificultando o planejamento das despesas. Salientou que foram tomadas medidas para a
114 contenção de despesas, tais como a revisão dos contratos de jardinagem e de assinaturas de
115 jornais; suspensão de contrato de painel de arte, contrato de arquitetura e contrato de carro
116 para a Reitoria; cancelamento de nova central telefônica; providências de ação para dispensa de
117 pagamento de IPTU; busca de soluções para redução dos consumos de água e energia; busca de
118 imóveis e bens móveis em outros órgãos. Na área de pessoal, decreto recentemente publicado
119 estabelece critérios para autorização de concursos públicos, que ocasiona a impossibilidade de
120 reposição de vagas; recolhimento de funções gratificadas e a possibilidade de remoção de
121 servidores. A seguir, apresentou as principais diretrizes do projeto “Future-se”. Inicialmente,

122 informou que a apresentação foi feita para os Reitores, mediante convocação com três dias de
123 antecedência, e que a Profa. Alessandra Dahmer representou a UFCSPA. No dia seguinte, o
124 programa foi apresentado à imprensa, sem oportunidade de debate com os Reitores. Com
125 relação a consulta pública, não segue com os parâmetros de Decreto que regulamenta esse tipo
126 de consulta, pelo sítio de hospedagem e documentos. Efetuou leitura sucinta sobre o projeto de
127 lei, cláusulas a serem cumpridas pela Universidade em caso de adesão e principais
128 detalhamentos; atribuições da Organização Social (OS); forma de prestação de contas e contratos
129 de gestão; não houve informação sobre organizações já credenciadas; possibilidade de doação
130 de bens imobiliários para a Organização Social; repasse de recursos orçamentários; faculdade de
131 cessão de servidores para a OS; empreendedorismo; sociedades com propósitos específicos;
132 interação com o setor empresarial; forma de internacionalização; alteração de leis para as IFES
133 que aderirem ao programa. Encerrada a apresentação, informou que foi constituído grupo de
134 trabalho da Reitoria e Auditoria para analisar a proposta; foram verificadas as análises de outras
135 universidades; foi efetuada reunião com a Procuradoria Federal em relação aos aspectos
136 jurídicos; reunião das universidades gaúchas com o Ministério Público Federal; reunião da
137 Andifes; análise da literatura sobre financiamento da educação superior; e reuniões com as
138 entidades (ADUFRGS, ANDES, ASSUFRGS e DCE). A senhora Presidente recomendou a todos que
139 façam a leitura integral do projeto. Ressaltou que os três eixos apresentados no projeto (I –
140 gestão, governança e empreendedorismo; II – pesquisa e inovação; e III – internacionalização) já
141 estão bem desenvolvidos na UFCSPA, com projetos de melhoria contínua já implementados. A
142 questão de se confiar o que já existe para uma OS seria de avaliar custos, mecanismos de controle
143 e transparência. Ressaltou que embora as verbas orçamentárias tenham diminuído, houve
144 crescimento no número de alunos. É importante distinguir autonomia de gestão financeira,
145 prevista na Constituição, de autonomia financeira prevista na proposta, que desobriga o aporte
146 de recursos públicos. As universidades apontam o que é útil para a sociedade, as empresas
147 priorizam a lucratividade. Prevenção e saúde não têm perfil de lucratividade, mas representam
148 grande economia para o Estado. Na UFCSPA existem vários projetos com potencial inovador, mas
149 o potencial de lucro precisaria ser avaliado. Destacou que uma série de processos interessantes
150 estão sendo avaliados pelo NIT para registro de patentes, mas projetos com benefícios para a
151 sociedade poderiam não ser interessantes para o investimento privado. As universidades
152 promovem inovação; já existem parques tecnológicos e incubadoras e seriam feitas uma série de
153 atividades para incentivar essas ações, como, por exemplo, as empresas juniores, o marco legal
154 da inovação, a legislação dos fundos patrimoniais. Existem exemplos positivos para se mostrar:
155 a aliança pela inovação; Pacto Alegre, que é uma parceria de universidades públicas e privadas,
156 poder público e empresas; Medical Valley, da Alemanha, universidade mantida com recursos
157 públicos e parceria de sucesso com a indústria; a UFCSPA e a Santa Casa, como modelo de
158 parceria pública e privada com vantagens para ambas as instituições; e o modelo paulista das
159 universidades, que têm liberdade para captar e utilizar recursos na própria instituição. Como já
160 foi apresentado ao CONSUN e no fórum PDI, existe planejamento de longo prazo para aumentar
161 as fontes próprias da UFCSPA, investir em inovação, contribuir para a cidade de Porto Alegre,
162 para que seja referência em inovação; já tinha sido abordada a questão de se elaborar os fundos
163 patrimoniais e prestação de serviços; e, principalmente, foi falado que a internacionalização é
164 importante não só em relação às trocas científicas, mas também como busca de recursos
165 alternativos para desenvolvimento de pesquisa e inovação. Todas essas ações já estavam
166 planejadas e sendo discutidas desde 2017, com ações direcionadas a montar a estrutura para tal.

167 Ainda sobre a internacionalização, foi criado o Escritório de Internacionalização para pensar
168 nessas questões específicas, que se constituem em um dos eixos do “Future-se”. O EINTER
169 analisou a proposta ponto a ponto, considerando desnecessária a parceria com instituição
170 privada para o fornecimento de cursos de inglês, tendo em vista que a UFCSPA já possui
171 qualificação; que a publicação em periódicos não está unicamente atrelada ao domínio da língua;
172 que a qualificação linguística é muito mais ampla do que um domínio de língua escrita; que o
173 intercâmbio entre universidades nacionais e estrangeiras já se realiza na maioria das IFES.
174 Indagou quais seriam os critérios para que o MEC determine essa política e não as IFES. Com
175 relação à oferta de bolsas, considerado um item importante, já existem as fundações de apoio
176 para prestar auxílio. Critérios de premiação já existem, mas podem ser aperfeiçoados. O principal
177 aspecto enfatizado pelo EINTER é de que o Poder Executivo disciplinará a Política de
178 Internacionalização e que falta detalhamento sobre importantes aspectos. O projeto não tem
179 previsão sobre extensão, apenas mudança da Lei Rouanet sobre aspectos relativos à cultura.
180 Também não trata sobre qualidade de ensino e formação de professores. Apresenta pontos já
181 reivindicados pelas IFES, como isenção de impostos para a importação de itens e autorização
182 para cessão de *namings rights*, que não foram detalhados e, aparentemente, seriam possíveis
183 somente para as instituições aderentes; além de isenção de impostos em doações para fundos
184 patrimoniais e da liberação para a efetiva utilização da totalidade dos recursos arrecadados na
185 fonte própria. Outros aspectos objeto de preocupação se relacionam à previsão de auditoria
186 externa, bastante cara, considerando-se que já existem estruturas de controle; destinação de
187 bens públicos a um fundo com administração privada e toda a arrecadação da IFE sendo
188 repassada à OS. Ainda, a proposta prevê que os contratos sejam celebrados sem chamamento
189 público. Lembrou que os mecanismos de controle das OS ainda estão sendo aperfeiçoados. Citou
190 exemplo de caso investigado pelo MPF em 2018 no Rio de Janeiro. Manifestou preocupação em
191 relação às pesquisas, destacando a importância das pesquisas básicas; a possibilidade de conflito
192 de interesses do financiamento privado; doenças negligenciadas, por menor interesse em áreas
193 com baixo potencial de lucratividade. Ressaltou que essas questões precisam ser analisadas e
194 detalhadas em relação a respectiva forma de financiamento. Outra questão apontada se refere
195 ao orçamento dependente das flutuações do mercado; a instabilidade de fundos imobiliários.
196 Citou exemplo da Universidade de Harvard, que recebe financiamento público para pesquisa e
197 que em 2008 perdeu 22% do fundo em apenas quatro meses, por crise do mercado financeiro.
198 Comentou que atualmente a captação de recursos de pesquisa onera a Universidade com
199 despesas de custeio a longo prazo; que universidades estrangeiras se beneficiam do *overhead*
200 (recurso público para cobertura das despesas de custeio), mas, internamente, as universidades
201 precisam considerar as despesas de custeio, impondo limites à captação de recursos. Com
202 relação aos aspectos econômicos, destacou que uma alternativa interessante, mas de aplicação
203 não imediata, seria a possibilidade de recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas,
204 salientando que dependeria da formação de uma cultura de doação ainda não existente, como
205 visto em outros países. Ressaltou que a instabilidade econômica afeta a capacidade de a
206 Instituição captar recursos de fontes próprias (prestação de serviços, contratos de aluguéis); que
207 tais fontes são complementares e não substitutivas do orçamento; que as universidades
208 precisam ser protegidas das oscilações do mercado. Destacou, como outros aspectos
209 preocupantes, a transferência do patrimônio, especialmente em relação à responsabilidade do
210 gestor público; a ausência de período de transição; a falta de definição sobre a mudança da forma
211 de partilha de direitos autorais, a qual já ocorre atualmente; a cessão de servidores para a OS e

212 respectivas implicações trabalhistas; critérios de eficiência; escolha do comitê gestor; diferença
213 entre fundação de apoio e OS, pois as fundações já existentes teriam estrutura para atendimento
214 de vários itens; captação de recursos por universidades com perfil de desenvolvimento regional
215 não abrangidas na proposta. A seguir, destacou artigos de Claudia Costin, da FGV, e da Profa.
216 Cristina Bonorino, da UFCSPA, sobre a falta de diálogo do MEC com os reitores e a inobservância
217 das boas práticas existentes. Esclareceu vários aspectos importantes em relação à conjuntura
218 nacional: economia com crescimento abaixo do esperado; déficit primário; opção por corte de
219 gastos e venda de ativos; bloqueio e contingenciamento de verbas; redução dos orçamentos do
220 MEC e MCTIC; cortes de bolsas de pesquisas; orçamento; eleições nas universidades; dados
221 oficiais com metodologias que prejudicam as universidades na comparação com outros órgãos;
222 disseminação de *fake News* por influenciadores e anônimos em campanha contra as
223 universidades públicas. Ressaltou que é necessário discutir detalhadamente a proposta e os
224 documentos de embasam a análise jurídica. Destacou os riscos existentes, pois o projeto de lei
225 informa que falhas no cumprimento de determinados requisitos ensejarão aplicação de
226 penalidades que não são explicitadas e que, ao aderir ao programa sem a completa descrição das
227 obrigações a serem assumidas e o seu respectivo alcance, as IFES se lançariam em ambiente
228 incerto que poderia colocar em risco a autonomia universitária. Finalizando, ressaltou os pontos
229 que precisam ser considerados internamente: criar a proposta da UFCSPA na construção do PDI;
230 promover a união interna em torno de uma pauta comum; exercitar a democracia com respeito
231 às diferenças; disponibilizar espaços para debate; estruturar o plano de comunicação da UFCSPA
232 com a sociedade, buscando apoio, com foco e percepção de que o tempo de ação é imediato.
233 Encerrada a apresentação, o tema foi aberto ao debate. A Profa. Elizandra Braganhol refletiu
234 sobre a necessidade de tomada inteligente de decisão, com articulação política. Questionou se
235 as pessoas devem se manifestar individual ou coletivamente na consulta que está sendo feita
236 pelo MEC. A Profa. Ana de Godoy refletiu sobre a falta de tempo para discussão e ação.
237 Comentou que o projeto é patético, demonstrando desconhecimento do governo sobre o que é
238 feito em uma universidade pública; que não há espaço para debate ou para manifestação de
239 opinião na consulta. Opinou que as universidades, através dos seus órgãos, devem se posicionar
240 contra. Propôs uma moção pública dos Conselhos explicativa sobre o que é feito pela
241 universidade e que no dia 13 todos se unam para pedir a retirada dos projetos que ferem a
242 dignidade e a humanidade. A Profa. Alice Zelmanowics refletiu sobre as críticas divulgadas pela
243 imprensa de que não existe um projeto para contraposição à proposta. Questionou o que está
244 sendo feito nesse sentido. A senhora Presidente destacou que um Grupo de Trabalho na Câmara
245 de Deputados está trabalhando sobre isso; que a consulta que está sendo efetuada não está
246 proposta dentro dos critérios de uma consulta pública; que cada um deve pensar sobre a sua
247 participação ou não; que os reitores não foram consultados previamente e receberam prazo até
248 a próxima quarta-feira para se manifestar. Refletiu que é preciso ganhar tempo, porque não há
249 forma de discutir amplamente com a sociedade no prazo proposto. Sobre o projeto para se
250 contrapor, pensa que o projeto de universidade seja mais eficiente. Que existem várias questões
251 que já são contempladas pelas universidades, mas que seria necessária maior flexibilidade para
252 captação de recursos. Destacou que o cuidado com a comunicação é fundamental e que é preciso
253 estratégia para não se posicionar contra sem apresentar uma proposta substitutiva. O discente
254 Luís Felipe dos Santos de Castro efetuou breve discurso sobre a importância de não se deixar
255 enganar pela figura das Organizações Sociais (OSs), cujo nome esconde seus interesses
256 econômicos. Após elencar diversos pontos da proposta, que tenderiam ao desmonte das IFES,

257 conclamou a todos para se unirem aos protestos em defesa das universidades públicas no dia 13
258 de agosto. O Prof. Robert Ponge, da UFRGS, representante da ANDES, destacou que o projeto é
259 perverso pelo método e pelo conteúdo, pois nega a qualidade e o capital social que as IFES
260 representam. Destacou que o método transformou tudo que é positivo em negativo: reduzindo
261 verbas, efetuando bloqueios; e que apresenta como solução salvadora esse projeto. Destacou a
262 diferença entre a autonomia de gestão financeira definida na Constituição Federal e a autonomia
263 financeira existente na proposta e que as OSs são instrumentos para a privatização. A Profa.
264 Cristina Bonorino informou que tentou responder a consulta e percebeu que o formato não
265 permitia contraposição. Destacou que os pontos da proposta deveriam ser contrapostos com
266 números e dados; que não se justifica a entidade OS porque as IFES já fazem o trabalho; sugeriu
267 reunião com a bancada gaúcha de deputados para informar as bases, apresentando fatos. Que,
268 a proposta precisa ser contraposta com argumentos baseados em dados efetivos e também
269 divulgados em entrevistas aos meios de comunicação. O discente Vitor Classmann salientou que
270 o aspecto central é a perda da autonomia universitária pelas IFES, refletindo sobre os interesses
271 financeiros por trás da proposta. Defendeu a garantia da educação como um direito da população
272 e que seria necessário construir alternativas. Convidou a todos para o dia nacional de mobilização
273 em 13 de agosto e requisitou aos professores a liberação dos alunos para os atos. A senhora
274 Presidente informou que está sendo providenciada reunião com a bancada gaúcha, que tem sido
275 receptiva. Destacou que a adesão facultativa preocupa a todas as IFES e que seria preciso clareza
276 quanto a segurança jurídica. Ressaltou que a dívida estudantil, decorrente, se constituiria em um
277 sério problema para a economia. A Profa. Luciana Pinheiro, do Departamento de Educação e
278 Humanidades, lembrou que, quando foi lançado o Programa Reuni, o projeto estava de acordo
279 com a Constituição Federal e a LDB e que, quando existe consonância de objetivos, a adesão é
280 tranquila, diferente no que se refere as implicações do projeto em análise a longo prazo.
281 Informou que a ADUFRGS promoverá uma ação integrada com as demais centrais sindicais para
282 um diálogo no dia 13 de agosto, às 10h no Salão Nobre, com a participação de membros da OAB,
283 do MPF, das bancadas gaúcha e nacional em defesa da Educação e demais órgãos e entidades
284 convidados para fazerem uma análise do projeto. A senhora Presidente informou que a proposta
285 de adesão ao Reuni foi bem diferente da proposta do Future-se. Comentou que no próximo ano
286 existe perspectiva do corte integral do valor do Reuni no orçamento. A estudante de História e
287 membro do DCE da UFRGS, Tisa (Thaysa), opinou sobre a importância de uma universidade
288 popular, uma sociedade melhor, e que o modelo da iniciativa privada não serve para os
289 estudantes. Reforçou a chamada para a mobilização no dia 13 de agosto. O estudante de
290 Medicina e membro do DCE, Diogo, opinou que existe uma guerra declarada dos conglomerados
291 de educação contra os movimentos sociais. Corroborou com a chamada para a mobilização. A
292 Profa. Lucia Stenzel retomou a ideia proposta pela Profa. Ana de Godoy para a divulgação de
293 uma nota pública pelos Conselhos Superiores. A senhora Presidente destacou que o assunto
294 poderá ser pautado para a sessão do CONSUN no dia 8 de agosto, e sugeriu que os conselheiros
295 tragam sugestões para a construção do texto. Destacou que é necessário comunicar melhor o
296 que é feito pela Universidade. A discente Giulia Costa opinou sobre o desinteresse do MEC em
297 ouvir a opinião das universidades, destacando o desprezo aparente do Ministério da Educação
298 sobre as instituições. Convidou os estudantes para a reunião plenária em 6 de agosto, às 17h, no
299 saguão do prédio 2 e para a mobilização no dia 13 de agosto. A técnica Andréia Duprat opinou
300 que o projeto afeta a gestão pública. Convidou a todos para as manifestações do dia 13 de agosto.
301 A senhora Presidente destacou que a política de pessoal apresentada preocupa muito a gestão;

302 que a questão do professor poder prestar serviços não considera o envolvimento do docente nos
303 eixos de ensino, pesquisa e extensão, o que afeta os aspectos de dedicação exclusiva, além de
304 sugerir a competitividade. Finalizando, agradeceu a presença e a participação de todos e
305 encerrou a sessão às treze horas e dez minutos. Para constar, eu, Miriam Bortolaci, Secretária
306 dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos Conselheiros,
307 será assinada pela senhora Presidente desta sessão e por mim.

LUCIA CAMPOS PELLANDA
Presidente do CONSUN e do CONSEPE

MIRIAM BORTOLACI
Secretária Executiva